



Estado do Rio Grande do Sul
Município de São Jorge

CONTRATO Nº 113/2025

CONTRATO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO JORGE E A EMPRESA HOTEL VIZZION LTDA.

O **MUNICÍPIO DE SÃO JORGE-RS**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 91.566.851/0001-51, com sede na Avenida Daltro Filho, nº 901, Centro, cidade de São Jorge/RS, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **DANILO SALVALAGGIO**, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 589.884.240-34, e portador da Carteira de Identidade Civil nº 1017384148 SSP/RS, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro a empresa **HOTEL VIZZION LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 11.109.976/0001-13, com sede na Rua Pe. Felix Busatta, nº 1110, bairro Centro, na cidade de Parai/RS, neste ato representada pelo Sr. **CLAUDIO KLAUS**, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 414.183.790-34 e portador do RG nº 2024680411, doravante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, com base na Dispensa de Licitação nº 018/2025, tem justa e contratada a celebração do presente contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições:

I – DO FUNDAMENTO LEGAL

Cláusula Primeira – Fundamenta-se a presente contratação nos termos do artigo 75, II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Clausula Segunda - A execução do contrato será de conformidade com as cláusulas e condições convencionadas e com as normas da Lei Federal nº 14.133/2021, a qual sujeitam-se os contratantes.

Cláusula Terceira – Na sua generalidade, inclusive nos casos omissos, o presente contrato rege-se pelas normas vigentes, em especial pela Lei Federal nº 14.133/2021, pelas suas cláusulas e condições, pelos preceitos de direito público, aplicando-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.



Estado do Rio Grande do Sul
Município de São Jorge

II – DO OBJETO

Cláusula Quarta – O presente contrato tem por objeto a aquisição de uniformes para os funcionários da Prefeitura Municipal e alunos da escolinha de futsal do município, conforme quantitativos e descrições constantes na tabela em anexo.

Item	Quant	Especificação do material/serviço	Valor unitário R\$	Valor total R\$
01	147	Camisa Gola Polo, tecido 53% algodão, 47% poliéster com bordado.	R\$ 57,90	R\$ 8.511,30
02	60	Jaleco tecido sarja pesada, tecido 100% algodão com bordado.	R\$ 107,00	R\$ 6.420,00
03	76	Calça tecido sarja pesada, 100% algodão, com bordado.	R\$ 79,00	R\$ 6.004,00
04	07	Macacão tecido sarja pesada, 100% algodão, com bordado.	R\$ 214,00	R\$1.498,00
05	120	Jaleco tecido 100% poliéster, com bordado.	R\$ 72,90	R\$8.748,00
06	120	Camiseta e/ou baby look tecido 67% poliéster e 33% algodão, com bordado.	R\$ 37,80	R\$4.536,00
07	45	Jaqueta engomado, tecido externo 100% poliéster fibra interna, gramatura 120 siliconada, com bordado.	R\$228,00	R\$10.260,00
VALOR TOTAL			R\$ 45.977,30	

Parágrafo Primeiro – Os itens deverão ser entregues no Centro Administrativo Jorge Postal localizado na Avenida Daltro Filho, nº 901, bairro Centro – São Jorge/RS. Solicita-se que a empresa vencedora entre em contato com o setor de almoxarifado, sobre a data e horário da entrega, para que o mesmo acompanhe o recebimento e faça a conferência dos produtos. O mesmo poderá solicitar a correção



Estado do Rio Grande do Sul
Município de São Jorge

de eventuais falhas ou irregularidades, assim como, a devolução do produto caso o mesmo esteja em desacordo na entrega.

Parágrafo Segundo – As quantidades contratadas para cada item serão retiradas conforme necessidade do município.

Parágrafo Terceiro – A empresa fica responsável por medir os tamanhos de todos os funcionários para garantir a confecção e o fornecimento adequado dos uniformes, assegurando conforto, padronização e apresentação profissional, o recebimento do serviço não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

III – DO PREÇO E CONDIÇÕES PARA PAGAMENTO

Cláusula Quinta – O **CONTRATANTE**, pagará à **CONTRATADA**, pela totalidade dos itens da cláusula anterior, a importância de R\$ 45.977,30 (quarenta e cinco mil, novecentos e setenta e sete reais com trinta centavos), mediante emissão de Nota Fiscal.

Parágrafo Primeiro – O pagamento será realizado em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento da Nota Fiscal e será efetuado conforme a quantidade constante na Nota Fiscal e efetivamente entregue, em atendimentos às solicitações de entrega realizadas pelo **CONTRATANTE**.

Parágrafo Segundo - As empresas que recolhem IRPJ deverão, obrigatoriamente, discriminar na nota fiscal o valor a ser recolhido, para fins de retenção junto ao Município (IRRF), sob pena de indeferimento do documento fiscal para adequações e suspensão do pagamento enquanto pendente de correção, conforme INRFB nº 1.234 de 2012.

Parágrafo Terceiro - A nota fiscal deverá conter todas as informações tributárias discriminadas e individualizadas, para fins de retenção, conforme o caso, sob pena de indeferimento do documento fiscal para adequações e suspensão do pagamento enquanto pendente de correção.

IV – DO PRAZO

Cláusula Sexta – Fica estipulado o prazo de 12 (doze) meses para a



vigência do presente contrato, podendo o mesmo ser prorrogado, no interesse público, mediante termo aditivo, até os limites previstos em lei.

V – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

Cláusula Sétima - As hipóteses que constituem motivo para extinção contratual estão elencadas no art. 137 da Lei nº 14.133/21, que poderão se dar, após assegurados o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA.

Cláusula Oitava - A extinção do contrato poderá ser:

I - Determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta.

II - Consensual, por acordo entre as partes, desde que haja interesse do CONTRATANTE.

VI – DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula Sétima – A **CONTRATADA**, obriga-se ao fiel cumprimento de todas as cláusulas e condições pactuadas no presente contrato, desempenhando com zelo, profissionalismo e utilizando-se de metodologia adequada para os fins a que se destina o objeto do presente contrato.

Cláusula Oitava – Na vigência do Contrato, a **CONTRATADA** estará sujeita as seguintes penalidades, admitindo-se a ampla defesa e os recursos previstos em Lei.

Parágrafo Primeiro - O não cumprimento das obrigações assumidas pela **CONTRATADA** ensejará a aplicação das seguintes penalidades:

I - Advertência, por escrito;

II - Multa;

III - Suspensão temporária do direito de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública Local, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

Parágrafo Segundo - Será aplicada multa de 0,03% (três centésimos por cento) por dia de atraso na entrega dos materiais, incidentes sobre o valor total do contrato, aplicada em dobro a partir do décimo dia de atraso até o trigésimo dia,



Estado do Rio Grande do Sul
Município de São Jorge

quando o **CONTRATANTE** poderá decidir pela continuidade da multa ou rescisão contratual, aplicando-se na hipótese de rescisão apenas a multa prevista no subitem abaixo, sem prejuízo da aplicação das demais cominações legais;

Parágrafo Terceiro - Será aplicada multa de 20% (vinte por cento) do valor do contrato, nas hipóteses de rescisão contratual por inexecução total ou parcial do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais, quando a entrega for inferior a 50% (cinquenta por cento) do contratado ou quando o atraso ultrapassar o prazo limite de trinta dias.

Parágrafo Quarto - O valor correspondente a qualquer multa aplicada à **CONTRATADA**, respeitado o princípio do contraditório e da ampla defesa, deverá ser depositado no prazo máximo de 10 (dez) dias, após o recebimento da notificação, na forma definida pela legislação, em favor do **CONTRATANTE**, ficando a empresa obrigada a comprovar o pagamento, mediante a apresentação da cópia do recibo do depósito efetuado.

Parágrafo Quinto - Decorrido o prazo de 10 (dez) dias para recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de juros de mora por mês/fração, inclusive referente ao mês da quitação/consolidação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 60 (sessenta) dias após a data da notificação, após o qual, o débito poderá ser cobrado judicialmente.

Parágrafo Sexto - No caso de a **CONTRATADA** ser credora de valor suficiente ao abatimento da dívida, o **CONTRATANTE** poderá proceder ao desconto da multa devida na proporção do crédito.

Parágrafo Sétimo - Se a multa aplicada for superior ao total dos pagamentos eventualmente devidos, a **CONTRATADA** responderá pela sua diferença, podendo esta ser cobrada judicialmente.

Parágrafo Oitavo - As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a **CONTRATADA** de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto ao **CONTRATANTE**, decorrentes das infrações cometidas.

Parágrafo Nono - Na aplicação das penalidades prevista no contrato, o **CONTRATANTE** considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da **CONTRATADA**, podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as suas justificativas.

Parágrafo Décimo - As penalidades serão registradas no cadastro da



CONTRATADA, quando for o caso.

Parágrafo Décimo Primeiro - Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta à **CONTRATADA** em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

Parágrafo Décimo Segundo – Para efeitos da aplicação das sanções previstas nesta cláusula, fica a exclusivo critério do **CONTRATANTE** a definição do que sejam “pequenas irregularidades”, “gravidade da falta” e “falta grave”.

Parágrafo Décimo Terceiro – No caso de aplicação de multa, a **CONTRATADA** será notificada, por escrito, da referida sanção, tendo ela o prazo de 10 dias, contados do recebimento da notificação, para recolher a importância à Secretaria de Finanças, sendo necessária a apresentação de comprovante do recolhimento, para liberação do pagamento da parcela que tiver direito.

Cláusula Nona - O presente contrato poderá ser rescindido, mediante termo próprio, na ocorrência das seguintes situações:

a) – Por mútuo consenso, a qualquer tempo, recebendo a **CONTRATADA**, nesta hipótese, pelo montante entregue até a data da ordem de paralisação dos mesmos, excluindo o montante das multas a pagar.

b) – Pelo **CONTRATANTE**, mediante aviso por escrito com 30 (trinta) dias de antecedência, sem que seja compelido a explicar os motivos determinantes, e, também, sem que seja obrigado a responder por ônus ou prejuízos resultantes, salvo o regularmente devido à **CONTRATADA**, excluindo o montante das multas a pagar.

c) – Pelo **CONTRATANTE**, independente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que assista a **CONTRATADA** direito de indenização de qualquer espécie, na ocorrência das seguintes situações:

- I – Não cumprir quaisquer das obrigações assumidas;
- II – Não recolher, no prazo determinado, as multas impostas;
- III – Abandono ou sublocação total ou parcial do Contrato;
- IV – Manifesta deficiência dos materiais;
- V – Falta grave ao Juízo do Município;
- VI – Falência ou insolvência;
- VII – Não der início às atividades no prazo previsto.

Cláusula Décima Primeira – A inobservância de qualquer cláusula contratual, que não se encaixe nas hipóteses previstas na cláusula oitava e parágrafos



Estado do Rio Grande do Sul
Município de São Jorge

do presente instrumento, implicará em multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total contratado.

Parágrafo Único – Se, por culpa da **CONTRATADA**, houver rescisão do contrato, em hipótese diferente das previstas no parágrafo terceiro, da cláusula oitava, do presente instrumento, será imposta multa de 10% (dez por cento) sobre o valor contratado.

Cláusula Décima Segunda – As despesas com a execução do presente contrato, correrão a conta de dotação orçamentária própria, contabilizadas conforme anexo ao processo.

Cláusula Décima Terceira – A Secretaria Municipal de Obras, Serviços Viários e Trânsito, realizará a fiscalização do presente contrato através de seu corpo técnico.

Cláusula Décima Quarta – As partes elegem o Foro da Comarca de Nova Prata/RS, para dirimir eventuais dúvidas decorrentes do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente em duas vias de igual teor e forma, na presença de testemunhas.

São Jorge/RS, 04 de junho de 2025.

DANILO
SALVALAGGIO
:58988424034

Assinado de forma digital
por DANILO
SALVALAGGIO:58988424034
Dados: 2025.06.04 09:55:26
-03'00'

DANILO SALVALAGGIO
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

CLAUDIO KLAUS:41418379034

Assinado de forma digital por CLAUDIO
KLAUS:41418379034
Dados: 2025.06.04 11:16:12 -03'00'

HOTEL VIZZION LTDA
CLAUDIO KLAUS
CONTRATADA

Testemunhas:

CATIANE
PASOLINI:04501842
008

Assinado de forma digital por
CATIANE PASOLINI:04501842008
Dados: 2025.06.04 10:01:32
-03'00'

MARIA LUIZA NUNES
MANFREDI:40996484
000

Assinado de forma digital por
MARIA LUIZA NUNES
MANFREDI:40996484000
Dados: 2025.06.04 09:56:06
-03'00'